

Afif prevê período mais curto

São Paulo — O deputado federal e empresário Guilherme Afif Domingos (PL-SP) está convencido de que o mandato do presidente José Sarney será efetivamente encurtado pela atual Constituinte, como consequência de um descontrole sobre a crise econômica.

"A classe política — disse Afif Domingos — ainda não percebeu a dimensão exata da crise econômica e suas consequências, vai perceber em breve. As pressões de todos os lados, a partir do aguçamento da crise, sobre o ambiente constituinte e congressional serão muito fortes e o governo pode perder o controle da situação. Aí está o "X" da questão. Para pouparem-se os dedos, vão-se os anéis e aqui é que entra a questão do mandato do atual presidente da República. O mandato presidencial como está posto (seis anos) dificilmente, diria quase impossivelmente, será mantido no seu todo. O clamor pela eleição direta logo será audível e não poderá ser contido. Creio que vamos de ter de encurtar esse mandato nos próximos seis meses. Brasília só funciona na base do maçarico a pleno fogo e é esse fogo que vai mobilizar o Congresso e a Constituinte".

Para o parlamentar paulista, a discussão em torno, da soberania da Constituinte apenas encobre uma manobra protelatória orquestrada a partir do Palácio do Planalto, de forma a arrastar os trabalhos constituintes longamente e manter-se a atual Constituição, que exige maioria de dois terços para qualquer emenda, como a de fixação do mandato presidencial.

O impasse sobre o artigo 57 já poderia ter sido resolvido antes do carnaval, especialmente com a proposta de atenuação do texto original, por iniciativa do deputado Maurílio Ferreira, mas a ausência de uma solução leva inevitavelmente a Constituinte a operar simul-



Guilherme Afif

taneamente com Câmara e Senado, que já têm seus regimentos próprios, enquanto a Constituinte ainda não os têm.

"Entendo que essa é uma manobra protelatória — diz Afif Domingos — para ir empurrando com a barriga o funcionamento da Constituinte, por inspiração do governo, que hoje tem forte influência nas duas casas do Congresso. Afinal, maioria de dois terços para alterações agora é impossível".

Outro sinal de que está em curso o que qualifica de manobra protelatória é a argüição de novos problemas, especialmente pelo PFL, no projeto de regimento interno constituinte, como a eliminação da participação popular e o referendo popular para a promulgação da nova Constituição.